

Respostas aos Recursos 0318- AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
Questão 32 – 1 Questão 50 – 2 Questão 37 – 3 Questão 42 – 4	<p>Em face do recurso apresentado, passo a esclarecer que a definição de Princípios Éticos na Auditoria, quais sejam: Integridade: Agir honestamente, de forma confiável e no interesse público; Objetividade: Ser livre de influências que possam afetar o julgamento profissional; e Confidencialidade: Proteger adequadamente a informação obtida durante a auditoria, equilibrando com a necessidade de transparência e accountability.</p> <p>A confidencialidade é um princípio fundamental na auditoria, garantindo que as informações obtidas durante o processo sejam protegidas. Isso inclui um dever de manter essas informações em sigilo, exceto em situações específicas onde a divulgação é exigida por lei ou regulamento (como nos casos de crimes).</p> <p>A confidencialidade não é absoluta, mas sua manutenção é primordial para assegurar a integridade e a objetividade do processo de auditoria, criando confiança no trabalho do auditor.</p> <p>Letra A: A busca constante por eficiência operacional é importante, mas não se sobrepõe aos princípios de ética fundamentais como integridade, objetividade e confidencialidade. Eficiência operacional está mais relacionada à gestão interna e à melhoria de processos do que à ética profissional em si.</p> <p>Letra B: A manutenção da confidencialidade das informações obtidas durante a auditoria é crucial para preservar a integridade e objetividade do auditor. Embora a confidencialidade não seja absoluta, sua manutenção é um dos pilares da confiança no trabalho do auditor.</p> <p>Portanto, a assertiva correta para a questão é a letra B. A confidencialidade das informações obtidas durante a auditoria é primordial para assegurar a integridade e a objetividade do processo de auditoria, conforme exigido pelos princípios éticos da profissão.</p>	INDEFERIDO	

	<p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 34 – 1</p> <p>Questão 41 – 2</p> <p>Questão 31 – 3</p> <p>Questão 33 – 4</p>	<p>Em face do recurso apresentado, saliento que a NBC TA 315 enfatiza que o entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive do controle interno, é crucial para identificar e avaliar riscos de distorção relevante. Este entendimento deve ser usado para planejar a auditoria de forma eficiente e eficaz.</p> <p>O plano de auditoria serve para garantir que os recursos sejam alocados de maneira adequada e que os riscos significativos sejam identificados e abordados. Isso é fundamental para a eficiência e eficácia da auditoria.</p> <p>Embora o planejamento seja um processo contínuo e iterativo, isso não diminui a importância de um plano inicial robusto. A fase inicial de planejamento é crucial para estabelecer a direção e o foco da auditoria, mesmo que ajustes sejam feitos ao longo do processo.</p> <p>Não há de se confundir o planejamento contínuo com a necessidade de um plano inicial. A fase inicial de planejamento é essencial para garantir que a auditoria seja direcionada corretamente desde o início, com os recursos apropriados alocados para áreas de maior risco.</p> <p>Após uma análise criteriosa dos recursos apresentados, mantém-se o gabarito preliminar como letra "c". O desenvolvimento de um plano de auditoria é essencial para garantir a eficiência da auditoria, focando nos riscos significativos e assegurando a alocação apropriada dos recursos.</p> <p>Ressalto ainda que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	INDEFERIDO	
<p>Questão 38 – 1</p> <p>Questão 39 – 2</p>	<p>Em face dos argumentos apresentados em recurso, saliento que o procedimento de confirmação direta com as instituições financeiras (alternativa "D") é amplamente reconhecido nas normas de auditoria, especialmente para auditar saldos bancários. Este procedimento,</p>	INDEFERIDO	

<p>Questão 49 – 3</p> <p>Questão 32 – 4</p>	<p>conhecido como circularização, é uma prática padrão para obter confirmação externa dos saldos de contas bancárias e é considerado um método altamente confiável porque envolve a verificação direta com uma fonte independente.</p> <p>A alternativa "A" se refere à inspeção física do caixa, que é adequada para auditar numerários em mãos, mas não cobre de maneira abrangente a verificação de todos os componentes da conta "Caixa e Bancos", especialmente os saldos em bancos. Embora seja um procedimento válido para numerários, não aborda a confirmação dos depósitos bancários.</p> <p>O enunciado da questão claramente pergunta sobre o procedimento mais propenso para confirmar os saldos apresentados. A confirmação direta com instituições financeiras (alternativa "D") é o procedimento padrão para garantir a precisão dos saldos bancários e atende exatamente ao que a questão solicita.</p> <p>A expressão "mais propenso" não introduz subjetividade suficiente para invalidar a questão, pois, no contexto da auditoria, a confirmação direta é objetivamente o método preferido e de maior confiabilidade para a verificação de saldos bancários. As normas de auditoria, incluindo a NBC TA 505 (Confirmações Externas), sustentam esta prática como essencial para a auditoria de contas bancárias.</p> <p>Com base na fundamentação apresentada, a alternativa "D" (Confirmação direta com as instituições financeiras sobre os saldos de contas bancárias) é a adequada e correta conforme os padrões de auditoria e as práticas estabelecidas, em face do solicitado pelo enunciado, refletindo com precisão o procedimento de auditoria mais confiável e relevante para a confirmação de saldos em "Caixa e Bancos".</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 41 – 1</p> <p>Questão 45 – 2</p>	<p>Em face do recurso apresentado, saliento que a nomenclatura "sem ressalva" é amplamente reconhecida e tradicionalmente utilizada para se referir a um parecer de auditoria que conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Embora a NBC TA 700 atualize a terminologia</p>	INDEFERIDO	

<p>Questão 48 – 3</p> <p>Questão 40 – 4</p>	<p>para "opinião não modificada", o termo "sem ressalva" ainda é amplamente entendido e aceito na literatura e prática de auditoria.</p> <p>O objetivo da questão é avaliar o conhecimento dos candidatos sobre os tipos de pareceres que um auditor pode emitir. A terminologia "sem ressalva" não compromete a clareza nem a precisão da questão, pois ela continua a ser uma forma válida e compreendida de referir-se a um parecer de auditoria sem modificações. A transição terminológica para "opinião não modificada" é uma atualização que não invalida o entendimento da resposta apresentada.</p> <p>As normas anteriores, NBC T 11 e NBC T 11 – IT – 05, que usavam o termo "sem ressalva", ainda influenciam a prática e a terminologia na auditoria, especialmente em contextos educacionais e de certificação. A compreensão dos tipos de pareceres com base nessas normas é válida e continua a ser aplicada no meio profissional.</p> <p>A questão visa identificar os tipos principais de pareceres de auditoria, conforme tradicionalmente conhecidos. A opção correta (a) – parecer com ressalva, sem ressalva, adverso e de abstenção de opinião – é consistente com os principais tipos de pareceres reconhecidos pelas normas de auditoria. A atualização terminológica não invalida a resposta que reflete um conhecimento consolidado e amplamente aceito.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Por todo o exposto, considerando a adequação e a aceitação da terminologia utilizada na questão, bem como a clareza do objetivo de avaliação, indeferimos o seu pedido de anulação da questão nº 48.</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 45 – 1</p> <p>Questão 31 – 2</p> <p>Questão 36 – 3</p>	<p>Em face dos argumentos apresentado em recurso, saliento que o principal objetivo do CTN ao definir o conceito de tributo é assegurar que os tributos sejam instituídos e cobrados de maneira justa e legal. Isso envolve estabelecer que tributos são prestações pecuniárias compulsórias, instituídas em lei e cobradas mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Diferenciar tributos de penalidades pecuniárias é crucial, pois garante que penalidades por atos ilícitos não sejam confundidas com tributos, protegendo os contribuintes</p>	INDEFERIDO	

<p>Questão 43 – 4</p>	<p>contra cobranças indevidas.</p> <p>A alternativa “a” está correta ao afirmar que um dos principais objetivos do CTN, das as apresentadas, seja diferenciar tributos de penalidades pecuniárias. Isso é fundamental para garantir a clareza jurídica e a correta aplicação das normas tributárias. A definição clara do que constitui um tributo, em contraste com uma penalidade, é essencial para a aplicação justa das leis tributárias.</p> <p>Embora o CTN também limite o poder de tributar dos entes federativos ao estabelecer que tributos devem ser instituídos em lei e cumprindo certos requisitos, esse não é o único nem o principal objetivo da definição do conceito de tributo. A definição visa fornecer uma estrutura clara e inequívoca para a cobrança de tributos, prevenindo abusos e garantindo a legalidade e justiça fiscal.</p> <p>A questão solicita que se identifique o principal objetivo do CTN ao definir o conceito de tributo. A clareza na definição ajuda a evitar a confusão entre tributos e penalidades pecuniárias, algo essencial para a aplicação correta das normas tributárias. Portanto, a alternativa “a” é correta dentro do contexto da questão.</p> <p>Após análise detalhada dos argumentos apresentados nos recursos, conclui-se que a definição do conceito de tributo no CTN possui múltiplos objetivos importantes, sendo a diferenciação entre tributos e penalidades pecuniárias um dos principais. No entanto, essa diferenciação é essencial para a correta aplicação das normas tributárias e para a proteção dos contribuintes contra cobranças indevidas, garantindo a clareza jurídica e a justiça fiscal.</p> <p>Portanto, a alternativa "a" é mantida como a resposta correta, pois representa um objetivo fundamental da definição de tributo no CTN.</p> <p>Ainda, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 46 – 1</p>	<p>Em face do recuro apresentado é importante destacar que a competência tributária, conforme estabelecida pelo CTN, é uma atribuição constitucional e específica que delimita o poder de</p>	<p>INDEFERIDO</p>	

<p>Questão 48 – 2</p> <p>Questão 47 – 3</p> <p>Questão 49 – 4</p>	<p>instituir tributos entre os entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A distribuição explícita dessa competência é fundamental para a organização tributária no Brasil, e é esta a abordagem central da questão.</p> <p>A delegação mencionada no artigo 7º do CTN refere-se exclusivamente à possibilidade de delegar funções de arrecadação e fiscalização de tributos, mas não altera a competência para instituir tributos. A competência para instituir tributos permanece claramente distribuída entre os entes federativos e não é transferível.</p> <p>Portanto, a alternativa "E" não se enquadra como correta no contexto da pergunta, que foca na competência para instituir tributos e não nas funções administrativas de arrecadação e fiscalização.</p> <p>Dessa forma, considerando que a questão visa abordar a distribuição constitucional da competência tributária, a alternativa "C" é a única correta.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 49 – 1</p> <p>Questão 32 – 2</p> <p>Questão 40 – 3</p> <p>Questão 39 – 4</p>	<p>Em face dos argumentos apresentados, destacamos que a política urbana, conforme a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), visa ao desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, incluindo a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico. A isenção de IPTU para imóveis históricos é um exemplo de como o imposto pode ser utilizado para promover a conservação desses imóveis, o que se enquadra como um objetivo extrafiscal do tributo.</p> <p>A alternativa "E" fala sobre a distribuição equitativa da carga tributária. Embora a distribuição equitativa seja um princípio importante, ela se relaciona mais diretamente com a justiça fiscal e a capacidade contributiva do que com a política urbana. Além disso, a formulação da alternativa "E" menciona "cidadãos da cidade", o que pode ser interpretado como uma generalização inadequada, já que o IPTU incide sobre propriedades, e não diretamente sobre todos os cidadãos.</p>	DEFERIDO	ANULADA

	<p>Leis municipais, como a Lei Complementar nº 366/2011 de Joinville, estabelecem isenções de IPTU para imóveis históricos. Essas isenções têm como objetivo incentivar a preservação do patrimônio cultural, o que se alinha diretamente com a política urbana de conservação e uso adequado do solo urbano.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, verifica-se que a questão possui duas alternativas que atendem ao comando: a alternativa "D", que trata do estímulo à conservação de imóveis históricos por meio de isenções fiscais, e a alternativa "E", que menciona a distribuição equitativa da carga tributária. Ambas as alternativas abordam aspectos importantes do IPTU no contexto da política urbana, embora sob perspectivas diferentes.</p> <p>Após análise cuidadosa dos recursos apresentados, conclui-se que a questão contém duas respostas que atendem ao comando da questão, "D" e "E", que se alinham com os objetivos do IPTU no contexto da política urbana.</p> <p>Assim, para assegurar a justiça no processo seletivo, defiro o recuso pela anulação da questão.</p>		
<p>Questão 50 – 1</p> <p>Questão 34 – 2</p> <p>Questão 45 – 3</p> <p>Questão 46 – 4</p>	<p>Em face do recurso apresentado, é importante destacar que, embora a NBC T 11 e a NBC T 11 – IT – 05 tenham sido revogadas, os tipos de pareceres de auditoria (sem ressalvas, com ressalvas, adverso e de abstenção de opinião) continuam sendo amplamente reconhecidos e aplicados nas práticas de auditoria contemporâneas, conforme as normas internacionais de auditoria (ISA - International Standards on Auditing), adotadas no Brasil.</p> <p>A NBC TA 700, que trata da formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, reafirma esses tipos de pareceres.</p> <p>A alternativa E, "parecer de conformidade total", não é um tipo de parecer de auditoria reconhecido pelas normas de auditoria, passadas ou presentes. Essa expressão não existe no contexto de auditoria e não é utilizada nas normas internacionais ou nacionais de auditoria.</p> <p>A questão foi clara ao pedir que se identificasse o tipo de parecer que não é reconhecido pelas normas de auditoria. A alternativa E é claramente a correta, pois não existe no rol de pareceres emitidos por auditores.</p> <p>Portanto, a questão 45 está formulada corretamente, e a alternativa E é a única que não corresponde a um tipo de parecer de auditoria reconhecido pelas normas de auditoria. Assim, os argumentos apresentados no recurso não procedem.</p>	INDEFERIDO	

	Diante disso, prezando pela lisura do certame, indefiro o recurso.		
--	--	--	--